



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Instituto Estadual de Florestas

URFBio Alto Paranaíba - Núcleo de Apoio Regional de Patrocínio

Parecer nº 79/IEF/NAR PATROCINIO/2024

PROCESSO Nº 2100.01.0027956/2023-48

## PARECER ÚNICO

### 1. IDENTIFICAÇÃO DO RESPONSÁVEL PELA INTERVENÇÃO AMBIENTAL

Nome: Celso Eduardo Pereira Borges CPF/CNPJ: 043.534.166-93  
Endereço: Rua Professor Henrique Pereira, nº 482 Bairro: Centro  
Município: Pratinha UF: MG CEP: 38960000  
Telefone: (34) 99163-8866 E-mail: agrobiogeoconsultoria@gmail.com

O responsável pela intervenção é o proprietário do imóvel?

(x) Sim, ir para o item 3 ( ) Não, ir para o item 2

### 2. IDENTIFICAÇÃO DO PROPRIETÁRIO DO IMÓVEL

Nome: CPF/CNPJ:  
Endereço: Bairro:  
Município: UF: CEP:  
Telefone: E-mail:

### 3. IDENTIFICAÇÃO DO IMÓVEL

Denominação: Fazenda Pederneiras Área Total (ha): 54,0363  
Registro nº: 29.145 Município/UF: Pratinha/MG  
Recibo de Inscrição do Imóvel Rural no Cadastro Ambiental Rural (CAR): MG-3153004-15A0.90E2.0749.4633.9687.8471.4F17.7B9C

### 4. INTERVENÇÃO AMBIENTAL REQUERIDA

Tipo de Intervenção	Quantidade	Unidade
Supressão de cobertura vegetal nativa, para uso alternativo do solo	8,9700	ha

### 5. INTERVENÇÃO AMBIENTAL PASSÍVEL DE APROVAÇÃO

Tipo de Intervenção	Quantidade	Unidade	Fuso	Coordenadas planas (usar UTM, data WGS84 ou Sirgas 2000)	
				X	Y
Supressão de cobertura vegetal nativa, para uso alternativo do solo	8,9700	ha	23 K	349.959	7.814.773

### 6. PLANO DE UTILIZAÇÃO PRETENDIDA

Uso a ser dado a área	Especificação	Área (ha)
Agricultura		8,9700

### 7. COBERTURA VEGETAL NATIVA DA (S) ÁREA (S) AUTORIZADA (S) PARA INTERVENÇÃO AMBIENTAL

Biotoma/Transição entre Biotomas	Fisionomia/Transição	Estágio Sucessional	Área (ha)
Cerrado	Campo		8,9700

### 8. PRODUTO/SUBPRODUTO FLORESTAL/VEGETAL AUTORIZADO

Produto/Subproduto	Especificação	Quantidade	Unidade
Lenha de Floresta Nativa		45,0000	m³

#### 1. HISTÓRICO

Data de formalização/aceite do processo: 22/11/2023

Data da vistoria: 08/05/2024

Data de solicitação de informações complementares: 08/04/2024

Data do recebimento de informações complementares: 08/04/2024

Data de emissão do parecer técnico: 25/06/2024

#### 2. OBJETIVO

O objetivo deste parecer é analisar a solicitação de intervenção corretiva, no qual houve aração de cobertura vegetal nativa em 8,9700 há de campo para uso alternativo do solo. Foi pretendido com a intervenção a ampliação da atividade de culturas anuais no imóvel.

#### 3. CARACTERIZAÇÃO DO IMÓVEL/EMPREENHIMENTO

##### 3.1 Imóvel rural:

A intervenção ocorreu no imóvel rural denominado Fazenda Pederneiras, matrícula 29.145. A área total do imóvel é de 54,0363 hectares e está localizado no município de Pratinha, tendo como proprietário a Sr Celso Eduardo Pereira Borges.

A principal atividade econômica do imóvel são culturas anuais. Foi apresentado Certidão de Dispensa de Licenciamento Ambiental para esta atividade.

O imóvel possui reserva legal de 11,0172 há, não inferior ao percentual de 20% da área total do imóvel. A reserva foi declarada no CAR com número MG-3153004-15A0.90E2.0749.4633.9687.8471.4F17.7B9C As informações prestadas no cadastro ambiental rural correspondem com as constatações observadas durante vistoria técnica. As áreas de reserva também foram vistoriadas e serão descritas mais adiante, no item 4.3 deste parecer.

##### 3.2 Cadastro Ambiental Rural:

- Número do registro: MG-3153004-15A0.90E2.0749.4633.9687.8471.4F17.7B9C

- Área total: 54,0044 ha

- Área de reserva legal: 11,0172 ha

- Área de preservação permanente: 4,8945 ha

- Área de uso antrópico consolidado: 28,9369 ha

- Qual a situação da área de reserva legal:

(x) A área está preservada: 11,0172 ha

( ) A área está em recuperação:

( ) A área deverá ser recuperada:

- Formalização da reserva legal:

(x) Proposta no CAR (x) Averbada ( ) Aprovada e não averbada

Na matrícula não consta a medida da reserva averbada e cita apenas que a reserva consta no registro anterior do imóvel. No CAR a área declarada é de 11,0172 ha.

- Documento: Matrícula: 29.145

- Qual a modalidade da área de reserva legal:

(x) Dentro do próprio imóvel

( ) Compensada em outro imóvel rural de mesma titularidade

( ) Compensada em imóvel rural de outra titularidade

- Quantidade de fragmentos vegetacionais que compõe a área de reserva legal: Três fragmentos

- Parecer sobre o CAR:

*Verificou-se que as informações prestadas no CAR apresentado correspondem com as constatações feitas durante a vistoria técnica realizada no imóvel. A localização e composição da Reserva Legal estão de acordo com a legislação vigente para fins de deferimento da intervenção requerida.*

*Não foram utilizadas áreas de preservação permanente no cálculo das áreas de reserva legal.*

#### 4. INTERVENÇÃO AMBIENTAL REQUERIDA

Requer o empreendedor a intervenção corretiva, no qual houve aração de cobertura vegetal nativa em 8,9700 há de campo para uso alternativo do solo.

Foi apresentado Projeto de Intervenção Ambiental Simplificado, elaborado pelo engenheiro agrônomo Carlos Eduardo Borges Oliveira, com CREA-MG de número 207.815.

Taxa de Expediente: Valor R\$ 669,71 ( Seiscentos e sessenta e nove reais e setenta e um centavos), quitada em 11/08/2023.

Taxa Floresta(Dobro): Valor R\$ 634,65 ( Seiscentos e trinta e quatro reais e sessenta e cinco centavos), 11/08/2023.

Sinaflor: 23128293

##### 4.1 Das eventuais restrições ambientais:

Após consulta do polígono de intervenção à ferramenta de auxílio de tomada de decisão (IDE-SISEMA - <http://idesisema.meioambiente.mg.gov.br>), foram verificadas as seguintes informações:

- Vulnerabilidade natural: Média e Alta

- Risco a Erosão: Muito Alto

- Erodibilidade do Solo: Muito Alta

- Prioridade para conservação da flora: Muito Baixa

- Prioridade para conservação conforme o mapa de áreas prioritárias da Biodiversitas: Não é extrema, especial e nem muito alta.

- Unidade de conservação: não se aplica

- Áreas indígenas ou quilombolas: não se aplica

- Outras restrições: [Ex.: Art. 11 da Lei 11.428 de 2006, Art. 25 da Lei 11.428 de 2006] não se aplica

##### 4.2 Características socioeconômicas e licenciamento do imóvel:

- Atividades desenvolvidas: Culturas anuais.

- Atividades licenciadas: Culturas anuais, perenes e silvicultura, que se encontra listada no âmbito da Deliberação Normativa nº 217/2017 por meio do código G-01-03-1.

- Modalidade de licenciamento: Não Passível de Licenciamento Ambiental devido aos potenciais poluidores serem inferiores àqueles relacionados no anexo único da Deliberação Normativa N° 213/2017.

- Número do documento: Certificado emitido eletronicamente na data de 15/03/2023.

##### 4.3 Vistoria realizada:

A vistoria do imóvel foi realizada em 08/05/2024 A intervenção corretiva se refere a aração em 8,9700 há na fitofisionomia campo. Foi citando nos estudos apresentados que a área de campo possuía alguns arbustos e algumas árvores de pequeno porte. Foi então considerado como rendimento lenhoso o volume de 5m3 de lenha nativa hectare, que totalizou 45 m3. A área parecia ser de campo com antiga nomenclatura de campo limpo, assim como duas glebas de reserva legal, porém foi aceito essa volumetria.

Em vistoria foi constatado que a área intervinda já estava sendo utilizada, ou seja, não houve primeiro a regularização junto ao órgão ambiental competente.

A área intervinda possui relevo ondulado, sendo que algumas partes a declividade se aproxima dos 20 graus. O solo também é bastante susceptível a erosão, inclusive em alguns locais com rachaduras e princípio de erosão. Essas verificações também foram corroboradas com as informações do IED Sisema. Será então condicionada a licença ambiental, a apresentação de relatórios anuais, de 2024 a 2026 de práticas conservacionistas do solo e seus resultados.

Foram também vistoriadas as áreas de reserva legal do imóvel, que possuem área total de 11,0172 divididas em três fragmentos, sendo dois caracterizados por campo e o outro por floresta estacional semidecidual. Todas as glebas de reserva estão bem preservadas. O imóvel ainda possui 4,8945 ha de área de preservação permanente, que confronta com a reserva de floresta estacional semidecidual. O imóvel possui, portanto, 15,9117 há de áreas protegidas, que equivalem a 29,46% da propriedade.

Durante vistoria não foram constatadas áreas abandonadas ou subutilizadas.

#### 4.3.1 Características físicas:

- Topografia: Relevo ondulado com declividade variando de 5 a 20 graus.

- Solo: Predominantemente caracterizado por Cambissolo

- Hidrografia: A área está inserida na Bacia Hidrográfica do Rio Paranaíba (UPGRH: PN1) e Sub bacia do Rio Quebra Anzol.

#### 4.3.2 Características biológicas:

- Vegetação: O Bioma é o Cerrado e o local solicitado para intervenção estava ocupado por campo.

- Fauna: Tatu, Raposa, Tamanduá Bandeira, Seriema, Paca, Cascavel, Jararaca, Pica Pau e diversas espécies de aves.

### **5. ANÁLISE TÉCNICA**

Na data de 16/11/2022 através do auto de infração 30589/2022, o proprietário foi autuado por arar 8,9700 há de campo sem autorização. Esta autuação foi parcelada e está sendo quitada.

Durante vistoria foi verificado que a área intervinda estava ocupada por culturas anuais, sendo que no auto de infração consta que as atividades ficam suspensas até a regularização junto ao órgão ambiental competente. Devido ao desrespeito da suspensão das atividades no local da infração, foi lavrado, na data de 12/06/2024, novo auto de infração, de número 372505/2024. O proprietário novamente apresentou o parcelamento da multa. Deixo para o setor jurídico verificar com mais exatidão se ambos parcelamentos realmente estão sendo cumpridos.

A vegetação intervinda era composta por campo, no qual não há impedimento legal ou restrições ambientais.

O imóvel é de pequeno porte e tem a necessidade de se tornar mais produtivo.

As áreas protegidas encontram-se bem preservadas e o processo foi instruído corretamente.

No item 4.3 foi proposta condicionante e sendo assim entendo que a intervenção corretiva pode ser deferida.

#### **5.1 Possíveis impactos ambientais e medidas mitigadoras:**

Os impactos ambientais gerados ou possíveis de ocorrer durante a intervenção abrangem a área do empreendimento e seu entorno, afetando direta ou indiretamente o meio ambiente, sendo:

**Impacto:** Depreciação da qualidade do ar, quando da emissão de partículas solidas e de gases resultantes de combustão, em virtude do emprego de maquinarias em diferentes operações.

**Medida Mitigadora:** Aprimorar a qualidade dos combustíveis e a parte mecânica das maquinarias, diminuindo o seu potencial poluidor; implantar um sistema eficiente de manutenção das maquinarias; treinar melhor os operários para a execução racional das tarefas mecanizadas; e utilizar caminhões-pipa para irrigar o solo, em áreas acessíveis, durante a realização das tarefas.

**Impacto:** Dificuldade de infiltração de água pela compactação dos solos, prejudicando o abastecimento do lençol freático.

**Medida Mitigadora:** Utilizar tratores com menor capacidade de compactação do solo; aprimorar o treinamento dos operários na execução das tarefas, evitando o excesso de compactação do solo.

**Impacto:** Danos a microbiota do solo oriundo do uso de biocidas.

**Medida Mitigadora:** Utilizar biocidas que apresentem menor tempo de degradação do seu princípio ativo; uso consciente de biocidas na área.

**Impacto:** Danos a microbiota do solo, quando do uso de fogo.

**Medida Mitigadora:** restringir o uso do fogo na área, principalmente na queima de restos de vegetação, após o desmatamento; realizar a retirada mecânica de serapilheira e restos vegetais em vez do uso de fogo para a limpeza.

**Impacto:** Danos a microbiota do solo em razão da exposição do solo.

**Medida Mitigadora:** realizar o plantio de cobertura vegetal o quanto antes possível, afim de proteger o solo dos intempéries.

**Impacto:** Assoreamento de cursos hídricos e erosão do solo.

**Medida Mitigadora:** Construção de curvas em nível e cacimbas.

### **6. CONTROLE PROCESSUAL**

Processo Administrativo nº: 2100.01.0027956/2023-48

Requerente: CELSO EDUARDO PEREIRA BORGES

Referência: Supressão de vegetação nativa para uso alternativo do solo

#### **I. Relatório:**

1 - Trata-se o procedimento administrativo ora sob análise de requerimento de regularização de uma **SUPRESSÃO DE COBERTURA VEGETAL NATIVA em 8,9700 hectares** no imóvel rural denominado "Fazenda Pederneiras", localizado no município de Pratinha, matrícula nº 29.145 do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Ibiá, possuindo **área total de 54,0363 hectares**, fatos esses que, de acordo com o gestor do processo, foram devidamente verificados na vistoria realizada no local.

2 - Segundo o Parecer Técnico, a propriedade possui **11,0172 hectares de reserva legal**, declarada no CAR e aprovada pelo responsável técnico deste processo, que se encontra em bom estado de conservação e com quantidade de acordo com o percentual mínimo legal de 20%.

3 - A justificativa da intervenção é a regularização de uma supressão ocorrida anteriormente sem autorização para implantação da atividade de agricultura, de acordo com o Parecer Técnico. Importante destacar a regularidade ambiental do empreendimento, nos moldes da DN nº 217/2017, sendo, portanto, considerada **não passível** de licenciamento ou licenciamento ambiental simplificado pelo órgão ambiental competente, de acordo com a **Certidão de Dispensa** apresentada, ressaltando-se que as informações são de inteira responsabilidade do empreendedor e/ou de seu (sua) representante legal.

4 - Ademais, restou assentado no Parecer Técnico que a área requerida não é considerada como prioridade de conservação **extrema/especial**, de acordo com o sistema Biodiversitas e o IDE-SISEMA.

É o breve relatório.

## II. Análise Jurídica:

5 - De acordo com as informações prestadas no Parecer Técnico, o requerimento de intervenção ora sob análise é **passível de DEFERIMENTO**, conforme restará demonstrado adiante.

6 - No que tange ao pedido de supressão de vegetação nativa, prevê o **art. 3º, inciso I do Decreto Estadual nº 47.749/2019** que:

*Art. 3º - São consideradas intervenções ambientais passíveis de autorização:*

*I – supressão de cobertura vegetal nativa, para uso alternativo do solo;*

7 - Desta feita, tem-se que o presente pedido de autorização para intervenção ambiental encontra respaldo no **art. 3º, inciso I do Decreto Estadual nº 47.749/2019**, tendo sido cumpridas todas as exigências legais e administrativas necessárias à sua análise, merecendo destaque que a área objeto de intervenção não se refere a espaços especialmente protegidos (APP, reserva legal e outras).

## III. Conclusão:

8 - Ante o exposto, considerando que o processo está devidamente instruído e com respaldo no Parecer Técnico acostado ao processo, bem como ante o disposto no **art. 26 da Lei Federal nº 12.651/2012 e art. 3º, inciso I do Decreto Estadual nº 47.749/2019**, o Núcleo de Controle Processual do IEF/Unidade Regional de Florestas e Biodiversidade Alto Paranaíba, do ponto de vista jurídico, **opina favoravelmente à SUPRESSÃO DA COBERTURA VEGETAL NATIVA em 8,9700 ha**, nos moldes requeridos e aprovados tecnicamente, devendo o proprietário, contudo, conforme já citado acima, promover o integral cumprimento das medidas mitigadoras e compensatórias estabelecidas no Parecer Técnico, caso existam, sob pena das sanções legais, e desde que a propriedade não possua área subutilizada ou abandonada (art. 68 da Lei Estadual nº 20.922/2013).

9 - Importante destacar que, de acordo com o art. 38, § Único, inciso I do Decreto nº 47.892/2020, o presente processo deverá ser submetido à deliberação e decisão do Supervisor Regional do IEF/URAP.

10 - Sugere-se o prazo de validade do DAIA de 3 (três) anos, conforme art. 7º do Decreto Estadual nº 47.749/2019.

**Fica registrado que o presente controle processual restringiu-se à análise jurídica do requerimento de supressão de cobertura vegetal nativa para uso alternativo do solo, através das informações prestadas no Parecer Técnico. Assim, o Núcleo de Controle Processual do IEF/Unidade Regional de Florestas e Biodiversidade Alto Paranaíba não possui responsabilidade sobre a análise técnica realizada.**

### Observações:

*As motosserras, bem como os demais equipamentos usados (tratores de esteira e similares) para a atividade de exploração deverão estar devidamente regularizadas junto ao IEF. Prazo: Durante a vigência do DAIA.*

*O transporte do material lenhoso (raízes, lenha, etc) oriundo da exploração somente poderá ser transportado para outro local fora da propriedade acobertado pelo documento ambiental a ser emitido pelo IEF do município no qual se encontra o empreendimento. Prazo: Durante a vigência do DAIA.*

## 7. CONCLUSÃO

- Considerando que a propriedade tem a necessidade de se tornar ainda mais produtiva;
- Considerando o processo foi instruído corretamente, com os estudos pertinentes e com correto atendimento às informações complementares;
- Considerando que houve parcelamento das autuações;
- Considerando que a tipologia intervinda não possuía restrições ambientais;
- Considerando que o imóvel possui reserva legal e área de preservação permanente preservadas;

Me posiciono favorável ao deferimento da intervenção corretiva (aração) em 8,9700 hectares de campo na Fazenda Pederneiras, no município de Pratinha, com rendimento de 45 m³ de lenha nativa.

## 8. MEDIDAS COMPENSATÓRIA

Não se aplica.

## 9. REPOSIÇÃO FLORESTAL

Já foi paga taxa no valor de R\$ 1.359,86 (Mil trezentos e cinquenta e nove reais e noventa e seis reais), quitada em 11/08/2023. Falta pagar a diferença do valor atualizado em 2024.

Forma de cumprimento da Reposição Florestal, conforme art. 78, da Lei nº 20.922/2013:

- (x) Recolhimento à conta de arrecadação de reposição florestal
- ( ) Formação de florestas, próprias ou fomentadas
- ( ) Participação em associações de reflorestadores ou outros sistemas

## 10. CONDICIONANTES

Condicionantes da Autorização para Intervenção Ambiental

Item	Descrição da Condicionante	Prazo
1	Apresentar relatório simplificado contendo a descrição das ações de afugentamento de fauna silvestre terrestre realizadas durante as atividades de supressão , conforme termo de referência específico disponível no site do IEF.	30 dias após a conclusão da supressão
2	Apresentar relatórios anuais das práticas de conservação do solo adotadas na área intervinda e seus resultados.	Anual, no anos de 2024, 2025 e 2026.

*\* Salvo especificações, os prazos são contados a partir da data de concessão da Autorização para Intervenção Ambiental.*

INSTÂNCIA DECISÓRIA

( ) COPAM / URC    (x) SUPERVISÃO REGIONAL

RESPONSÁVEL PELO PARECER TÉCNICO

Nome: Alencar Cunha Filho  
Masp: 1148740-2

RESPONSÁVEL PELO CONTROLE PROCESSUAL

Nome: Andrei Rodrigues Pereira Machado  
Masp: 1368646-4



Documento assinado eletronicamente por **Andrei Rodrigues Pereira Machado, Coordenador**, em 12/08/2024, às 16:25, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Alencar Cunha Filho, Gerente**, em 13/08/2024, às 10:11, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.mg.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **90806092** e o código CRC **B4D18E3F**.